

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 24.965 - DF (2019/0039242-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**IMPETRANTE** : JULIANA DA SILVA ALVES  
**ADVOGADOS** : MARCELA PABLY BATISTA ARRAES - PE041941  
FRANCISCA KÁSSIA RICARTE ALENCAR - PE044665  
**IMPETRADO** : **MINISTRO DA EDUCAÇÃO**

**DESPACHO**

**Indefero o pedido de gratuidade de justiça visto que a parte requerente efetuou o recolhimento das custas** (fls. 28/29). Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, “o pagamento de uma das despesas do preparo afasta a presunção relativa de hipossuficiência e constitui renúncia à isenção, sobretudo considerando serem vedados comportamentos contraditórios em nosso ordenamento jurídico” (AgRg no AREsp n. 740.413/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 3/2/2016.)

Apesar de ter recolhido as custas, a parte juntou aos autos apenas o comprovante de pagamento, faltando, porém, a guia de recolhimento (GRU), o que impossibilita a verificação da regularidade do preparo.

Assim, nos termos do § 7º do art. 1.007 do CPC, **intime-se a parte para sanar, no prazo de 5 dias, o vício apontado, efetuando novo recolhimento caso seja necessário, sob pena de cancelamento da autuação.**

**Sanado o vício ou recolhidas as custas, distribua-se o presente feito.**

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente